



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ADMILSON DE LIMA NASCIMENTO

**OS EFEITOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA DITADURA MILITAR SOBRE O
MUNICÍPIO DE PARELHAS (RN) ENTRE 1969 E 1973**

**CAMPINA GRANDE
2022**

ADMILSON DE LIMA NASCIMENTO

**OS EFEITOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA DITADURA MILITAR SOBRE O
MUNICÍPIO DE PARELHAS (RN) ENTRE 1969 E 1973**

Trabalho de conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História, do Centro de Educação – CEDUC, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História Local

Orientador: Prof. Ms. Gilbergues Santos Soares

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244e Nascimento, Admilson de Lima.
Os efeitos políticos e econômicos da Ditadura Militar sobre o município de Parelhas (RN) entre 1969 e 1973 [manuscrito] / Admilson de Lima Nascimento. - 2022.
24 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Me. Gilbergues Santos Soares, Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. Ditadura Militar. 2. Parelhas - Rio Grande do Norte. 3. Economia. I. Título

21. ed. CDD 981.063

ADMILSON DE LIMA NASCIMENTO

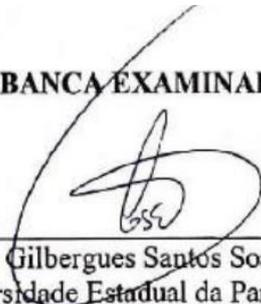
MUDANÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS DURANTE A DITADURA MILITAR NA CIDADE DE
PARELHAS (RN)

Trabalho de conclusão de Curso (Artigo científico)
apresentado ao Departamento de História, do Centro
de Educação – CEDUC, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura Plena em História.

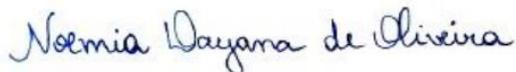
Área de concentração: História Local.

Aprovado em: 30/11/2022.

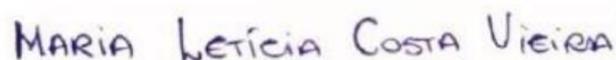
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Gilbergues Santos Soares (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms Noêmia Dayana de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)



Prof. Ms Maria Leticia Costa Vieira
Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)

A minha família, amigos, colegas de vida e professores que me ajudaram até aqui desde o início ao final dessa etapa da vida que o universo me proporcionou. Agradeço imensamente aqueles que contribuíram diretamente e indiretamente para realização deste trabalho. DEDICO.

Uma faísca momentânea cintila dentro do seu próprio tempo. Acredito que alguém possa guardar as memórias do mundo.

Alumina – Nightmare

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O ESTADO POTIGUAR SOB O PODER MILITAR.....	12
3 AGORA, OS PARELHENSES VIVEM VIGIADOS.....	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	21

OS EFEITOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA DITADURA MILITAR SOBRE O MUNICÍPIO DE PARELHAS (RN) ENTRE 1969 E 1973

Admilson de Lima Nascimento ¹

RESUMO

Em 1964, o Brasil sofreu um golpe de estado de caráter civil e militar, que gerou uma ditadura comandada pelas Forças Armadas e que predominou por 21 anos no país. Isso nos fez viver um período sombrio com censuras, prisões, torturas e desaparecimentos praticados por um regime autoritário, principalmente após a instauração do Ato Institucional Nº 5 em dezembro de 1968. Esse artigo busca mostrar como esse evento histórico promoveu mudanças políticas, sociais e econômicas na cidade de Parelhas/RN, especificamente no período do chamado “Milagre Econômico”, sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1973). O artigo apresenta um breve histórico político do município para nortear o leitor acerca das mudanças políticas impostas antes do golpe. O objetivo é poder vermos como a ditadura militar intervinha, nos anos 1970, em uma cidade da região do Seridó norte rio-grandense, através de ações políticas e econômicas, promovendo desenvolvimento, repressão política e cerceando a liberdade de expressão. Para isso, buscou-se fontes documentais em arquivos de instituições públicas da cidade, bem como em jornais da época e em outras referências para efetivação deste trabalho.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Parelhas - Rio Grande do Norte. Economia.

ABSTRACT

In 1964, Brazil suffered a civil and military coup d'état, which generated a dictatorship commanded by the Armed Forces and which prevailed for 21 years in the country. This made us live in a dark period with censorship, arrests, torture and disappearances practiced by an authoritarian regime, especially after the establishment of Institutional Act Nº 5 in December 1968. This article aims to show how this historical event promoted political, social and economic changes in the city of Parelhas/RN, specifically in the period of the so-called "Economic Miracle" under the government of General Emílio Garrastazu Medici (1969 - 1973). The article presents a brief political history of the municipality to guide the reader about the political changes imposed before the coup. The goal is to be able to see how the military dictatorship intervened in a city of the Norte Rio-Grandense Serido region, through its political and economic actions, in the 1970s with an economic development and the repression of a freedom of expression. For this, we sought sources such as documents in archives made available by public institutions in the city, as well as in newspapers of the time and other references for the realization of this work.

Key-Words: Military Dictatorship. Parelhas – Rio Grande do Norte. Economy.

¹ Aluno de graduação do curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: admilson.nascimento@aluno.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Em seus 21 anos, o regime militar brasileiro remodelou o país na cultura, na economia, na política e na sociedade, utilizando uma forte repressão política através, principalmente, dos Atos Institucionais implantados pelos líderes militares que ocupavam o poder central do país. Através do recorte temporal, utilizado nessa pesquisa, busco explicar como o “crescimento econômico”, experimentado pelo país nos chamados anos de chumbo, influenciou a cidade de Parelhas, uma das principais do interior do Estado do Rio Grande do Norte, que é a base para essa pesquisa.

Parelhas se localiza na microrregião do Seridó Norte Rio-Grandense. Estima-se que sua população, nos anos 1970, fosse de 12 mil habitantes (IBGE, 1970) distribuída entre as zonas urbana e rural. Historicamente, a cidade foi se desenvolvendo, com sua população crescendo a partir das atividades econômicas da pecuária e da agricultura, que prevaleciam como principais meios de renda desde o início do século XVIII. O período histórico estudado, dentro da questão do regime militar, foi escolhido por ter marcado importantes transformações no que se refere ao desenvolvimento da sociedade parelhense.



Disponível em: https://www.familysearch.org/pt/wiki/Parelhas,_Rio_Grande_do_Norte_-_Genealogia

O artigo começa com uma rápida discussão sobre os primeiros anos do regime civil-militar, implantado com o golpe de Estado de 1964. Começo lembrando, inclusive, que as mudanças se iniciaram já durante a manhã do dia 31 de março de 1964, atingindo cidades como Natal, a capital do Rio Grande do Norte. Em seguida, apresento uma muito breve visão panorâmica da Parelhas do final dos anos 1960, para que possamos entender como a cidade se encontrava, principalmente, do ponto de vista econômico, levando em consideração que as mudanças mais radicais, implementadas pelo governo federal militarizado, só começavam a se

fazer sentir, nas cidades do interior nordestino, apenas alguns anos depois, em muitos casos somente a partir dos anos 1970.

Assim, meu objetivo central é mostrar como mudanças políticas, sociais e econômicas, vivenciadas pelo país durante os anos do regime militar, influenciaram a cidade de Parelhas-RN entre os anos de 1969 e 1973. Interessa atentarmos para como as mudanças implementada, nos anos do governo de Emílio Médici, influenciaram no convívio social da população local.

Parelhas se tornou município após se emancipar politicamente da cidade de Jardim do Seridó, em 1926. Neste mesmo ano surgiu o Partido Republicano Federal de Parelhas, havendo, inclusive, eleições para prefeito e vereadores da cidade. Laurentino Bezerra e Florêncio Luciano foram eleitos prefeito e vice-prefeito, respectivamente, sendo Florêncio o mais votado de uma das alas do partido.

Com o golpe do Estado Novo, de Getúlio Vargas, vários políticos foram cassados pelo Brasil afora, não sendo diferente na região do Seridó do Rio Grande do Norte. Com as cassações locais, Parelhas recebeu prefeitos interinos, vindos de outros estados, a exemplo como do baiano Albino Campelo Bezerra Cavalcanti e do paraibano Ageu de Castro, nomeados pelo interventor ² do estado, Mário Câmara. Essas mudanças não agradaram a elite local, que não via com bons olhos políticos de outras regiões administrando a cidade. Essa situação de descontentamento pode ter causado o famoso “tiroteio de 30” ³, como ficou conhecido no estado. Foi a partir desse período, que os partidos políticos locais, que disputavam as eleições, passaram a se denominar popularmente como “perrepistas”, pois eram aliados ao Partido Republicano Federal (PRF) ⁴, e como “pelabuchos”, aliados do Partido Liberal (PL). Os “perrepistas” faziam oposição a Ageu de Castro, líder dos “pelabuchos”.

Sob a ditadura do Estado Novo, Parelhas estagnou sem ter acesso aos benefícios do governo federal. Seus prefeitos eram escolhidos pelo interventor no estado e se tornavam meras figuras decorativas, sendo a Câmara dos Vereadores fechada. Foi apenas com o processo de redemocratização no país, que a cidade voltou a ter eleições em 1954 e, com isso, Florêncio Luciano foi eleito prefeito pelo voto popular. Mas, em 1958 aconteceram novas rupturas políticas, entre a elite política local, e a polarização volta a acontecer entre “perrepistas” e

² O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais.(DECRETO Nº 19.398 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1930, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398imprensa.htm).

³ O famoso tiroteio de 30, ocorreu no dia 13 de agosto de 1934, durante um comício das eleições para deputado estadual que estava sendo realizado na cidade de Parelhas pelos Perrepistas.

⁴ O Partido Republicano de Parelhas foi criado em 04 de novembro de 1926, e sua primeira atividade foi o desligamento da cidade Conceição dos Azevedo, atual Jardim do Seridó-RN.

“pelabuchos” só que, agora, com novas alcunhas: os primeiros passam a ser chamados de “amuados” e os segundos de “frasqueiras”, liderados pelo vereador Ulisses Potiguar.

Durante o regime militar, esses grupos políticos alteraram mais uma vez suas populares denominações. Os “perrepistas/amuados” se tornaram os “bacuraus” e os “pelabuchos/frasqueiras” viraram os “bicudos”. Inclusive, essas nomenclaturas existem até hoje e seguem sendo usadas nos processos eleitorais. Esse histórico da cultura política local, com seus folclores, serve para que vejamos como as oligarquias vão mudando para se perpetuarem no poder. Interessa ver que a elite “perrepista” se manteve unida, enquanto lhe foi interessante, como forma de se opor a política intervencionista do Estado Novo. Foi com a ruptura política promovida pelo vereador Ulisses Potiguar (político de Parelhas) que se desfez essa unidade política e, assim, começam a surgir grupos divergentes e os “perrepistas” de Florêncio Luciano passam a dividir o cenário político com outros setores.

Além do material bibliográfico, a partir de autores como Capistrano (2010), Certeau (1982), Pesavento (2012) e Fico (2014), também se utilizou, como fonte para a pesquisa, dados coletados em arquivos públicos de Parelhas como o da Prefeitura Municipal, o da Biblioteca Pública Municipal e o da Câmara Municipal, pois:

O historiador é aquele que, a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão. Ou seja, o historiador cria o passado e, para Natalie Davis, a História é uma forma de ficção, tal como a Literatura. (PESAVENTO, 2012)

Tendo morado por muitos anos em Parelhas, me interessei pelas coisas da cidade, sobretudo pelo fato de uma cidade tão “jovem” conseguir absorver diretrizes vindas de fora. Essas mudanças interessam diretamente o crescimento social e local do historiador que nasce na cidade ou se atenta a esta observação, pois é a partir disso que norteamos nossas influências teóricas e metodológicas.

Pensar a história da cidade onde cresci, ao ponto de torna-la objeto de estudo e de pesquisa, permitirá compreender melhor os impactos socioeconômicos das políticas públicas da ditadura militar sobre a cidade de Parelhas.

Assim, a importância da revisão historiográfica é ímpar, pois permite o reconhecimento do campo no qual se vai trabalhar e produzir. Esse reconhecimento, inclusive, nos é familiar a partir das leituras do historiador francês Michel de Certeau.

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio econômica, política e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por

determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiers e as indagações relativas aos documentos. (CERTEAU, 1982)

Assim, o trabalho com a História Local permite, muitas vezes, preencher lacunas de histórias esquecidas no âmbito social. Inclusive, uma das propostas desse trabalho é justamente abordar um tema que, tendo repercutido no Brasil e no mundo, não é de tão fácil acesso no próprio local, na cidade. Interessa ver as dificuldades para se obter documentos públicos e para se acessar a população que se não foi testemunha ocular de fatos e acontecimentos, viveu no mesmo espaço social onde as questões abordadas nesse trabalho foram se dando.

Assim como as ciências humanas, as ciências sociais e a econômica, a ciência política também se interessa pela conscientização e pela construção social e política, considerando, inclusive, as questões da interdisciplinaridade. Rodrigo Patto Sá Motta, doutor em história econômica, confirma que a cultura política resulta de um imaginário, um conjunto de representações que contribuem para que um grupo se torne uma comunidade política.

Dessa construção fazem parte heróis, vilões, eventos marcantes, guerras etc., representações construídas por meio de imagens mentais ou visuais que são disseminadas, reproduzidas e reapropriadas ao longo do tempo, processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além da literatura, da cultura visual e das diferentes mídias. A questão do imaginário nacional (no caso brasileiro deve-se estar atento a particularidades regionais) tem sido explorada em bons trabalhos, mas, é preciso ainda investigar mais. (PATTO SÁ MOTTA, 2018)

A partir disso, podemos compreender como o exército brasileiro, no momento em que articulava o golpe de estado, junto com os Estados Unidos e através de programas criados por este país, pode construir um imaginário obscuro, nocivo e articulado, com a divulgação em massa de uma tal ameaça comunista, de políticos que estariam comprometidos com propagandas atreladas ao socialismo e que apenas um golpe de estado poderia salvar a nação desses perigos.

No livro “Golpe de 64”, Carlos Fico trata o golpe civil-militar como o “evento-chave da história do Brasil recente”. (FICO, 2014). Nenhum acontecimento no Brasil, durante a segunda metade do século XX, repercutiu tanto como o golpe e a ditadura militar, considerando as radicais mudanças econômicas, sociais e políticas perpetradas por um governo autoritário que durou mais de 20 anos. Desde que o Brasil tinha se tornado uma República, os militares não tinham passado ainda tanto tempo no poder, governando. Fico (2014), inclusive, menciona que o golpe não foi um ato exclusivo dos militares, mas que contou com o apoio e a articulação de uma parcela significativa da sociedade, como empresários, governos, famílias elitizadas, a

própria igreja Católica e os cidadãos que temiam a tão fantasmagórica ameaça comunista que se dizia haver no Brasil. Pelo menos era isso que pregavam as peças publicitárias produzidas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que eram financiadas, de forma discreta e secreta, pelo governos dos Estados Unidos. Sobre o que acabou sendo tratada como a “Revolução de 64”, o escritor Moniz Bandeira escreve:

O comportamento da embaixada dos Estados Unidos, entretanto, assumira o caráter de provocação, corrompendo e aliciando Governadores de Estado e Prefeitos de Municípios, mediante a utilização de verbas para o progresso, com o objetivo de formar, ela própria, uma clientela dentro do Brasil em oposição ao governo João Goulart. (BANDEIRA, 1978)

Vista por um certo ângulo, a história pode nos levar a crer que todo o país partilhava desse sentimento de repúdio as tais ameaças comunistas ou mesmo de infelicidade pela forma como o presidente João Goulart governava com suas propostas políticas. Porém, o golpe foi articulado entre Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pois parte considerável do país mantinha-se a margem dos acontecimentos. Importa ressaltar que “o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando.” (FICO, 2014). Inclusive, houve apoio cívico, mas a partir da efetivação do golpe, os militares limitaram o círculo de poder ao alto comando das Forças Armadas com a participação de um seletivo grupo de civis. Uma forma interessante de ver o intervencionismo militar sobre a sociedade é através dos atos institucionais. Vejamos o artigo, instituído em 9 de abril de 1964:

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964.)⁵

Além dos políticos, a intelectualidade brasileira sofreu bastante com censuras, repressões e prisões, acusada, denunciada, por supostas atividades comunistas. Na verdade, as perseguições se davam por ela ser contra o governo ditatorial e porquê defendia ideias socialistas. Muitas pessoas foram presas e muitos foram para o exílio, numa verdadeira fuga de cérebros.

O golpe civil-militar de 1964 depôs o presidente eleito João Goulart e permitiu que militares assumissem a presidência de forma inconstitucional. A partir disso, o país sofreu inúmeras mudanças em suas políticas. Com o General Castello Branco assumindo o comando

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm

do país, os efeitos da repressão passam a ser sentidos rapidamente. Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, já a partir do dia 01 de abril, políticos ligados à esquerda foram presos e afastados de seus cargos pelas Forças Armadas. Mas, foi a partir do Ato Institucional Nº 05 que os meios de repressão se fortaleceram ainda mais na cidade e no país.

2 O ESTADO POTIGUAR SOB O PODER MILITAR

Nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, imperava no estado do Rio Grande do Norte uma estrutura de poder oligárquica, onde uma elite econômica administrava a política de favores. O estado, que não possuía, ainda, grandes centros urbanos, era controlado por um pequeno número de políticos que venciam as eleições na base da troca de favores e comprando votos. Sobrinho (1996) comenta que:

Além dessa estrutura sócio-política existente no RN, há uma forma política em que o eleitor vota em candidato e não em partido e muito menos em ideologia. Essa situação é mantida devido a estrutura sócio-política montada, onde a classe dominante do Estado mantém o controle político de seus dependentes e indica a todos em quem votar. Com essa política, é criada uma oligarquia que faz a movimentação partidária, com a finalidade específica de se manter no poder, variando as funções apenas nas bases, mas com os mesmos interesses finais. Sendo assim uma forma de governo que transparecia ao restante do estado influenciando nas políticas de prefeitos e/ou vereadores. (SOBRINHO, 1996)

Assim como em vários outros estados, o que se vê no Rio Grande do Norte, nos dias e meses seguintes ao golpe, são as forças políticas e sociais da oposição ao regime militar, que se iniciava, sendo alvos de intensa repressão policial, “sindicatos foram fechados e suas lideranças presas, dentre elas, Evlim Medeiros, presidente do sindicato da construção civil de Natal. Foi o primeiro preso político do Rio Grande do Norte.” (CAPISTRANO, 1996). Outro participante ativo nas primeiras lutas contra o golpe e a ditadura foi Ivaldo Caetano Monteiro, líder do Movimento Estudantil do Rio Grande do Norte, e que foi preso. A capital potiguar foi tomada por militares das Forças Armadas com mandatos de prisão contra políticos que pudessem fazer oposição a chamada “revolução cívico-militar”. Djalma Maranhão, então prefeito da cidade de Natal, e seu vice foram cassados e, posteriormente, presos pela repressão. Ainda na manhã do dia 31 de março de 1964 já se pode ver os efeitos do golpe de estado perpetrado pelos militares no Rio Grande do Norte:

O Golpe pega os trabalhadores de surpresa. Djalma Maranhão ainda tenta formar um QG da legalidade na Prefeitura, para onde vão algumas lideranças sindicais, além de assessores e secretários. Em Macau, onde o Comando Estadual dos Trabalhadores tinha o controle de todos os sindicatos, paralisou todos os serviços do porto e decretou greve geral em defesa de João Goulart. (COSTA, 1996, p.78).

Com o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, e com o processo que levou o General Emílio Médici ⁷ à presidência da República, em 1969, a ditadura passaria a uma nova etapa, mais sombria, onde os cidadãos seriam violentamente presos e torturados uma vez que fossem identificados como “inimigos” do regime. Os órgãos repressivos foram fortemente instruídos e preparados para combater, prender e torturar tais pessoas, eliminando qualquer forma de oposição ao sistema.

Para além dos binarismos, por vezes simplificadoros, a verdade é que os anos 1970, particularmente o período que vai de 1969 a 1974, não foram anos de ouro ou anos de chumbo. Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais. É importante, pois, tentar apreender a diversidade e complexidade das relações entre ditadura, sociedade e os grupos organizados que atuaram contra o regime. (CORDEIRO, 2009, p. 91)

Mas, foi no período mais sombrio da ditadura onde se deu, também, o maior crescimento econômico do país e a ascensão de alguns setores que até então não participavam da estrutura de poder. Com isso, o país conseguiu ter um crescimento econômico de 14% no ano e este período passou a ser chamado de “Milagre Econômico”. Como Araújo (2019) menciona, o termo “Milagre” se circunscreveu ao desempenho macroeconômico, uma vez que a área social é alavanca a certos impasses que certamente não se deram a um desempenho ou desenvolvimento: “(...) a renda se concentrou no topo da pirâmide social, o poder de compra dos salários foi corroído, e o padrão de vida das famílias mais pobres, medidos por diversos indicadores, piorou”. Chegamos, assim, ao objetivo desse trabalho, que é a forma as políticas dos “anos de chumbo”, ou do “milagre econômico”, influenciaram no desenvolvimento do interior do Rio Grande do Norte, especificamente no município de Parelhas.

3 AGORA, OS PARELHENSES VIVEM VIGIADOS

A partir das pesquisas em fontes documentais de arquivos públicos da cidade de Parelhas, e em jornais da época, foi possível apurar e obter um significativo número de ações realizadas pelo governo militar que influenciaram sobremaneira a cidade de Parelhas. A medida em que o golpe civil militar de 1964 e o AI-5 de dezembro de 1968 iam permitindo a instalação

⁷ Em outubro de 1969, após o adocimento do presidente Costa e Silva e de um breve período de disputa sucessória, Emílio Garrastazu Médici foi indicado pelo Alto Comando das Forças Armadas para assumir a presidência. Seu governo foi marcado pela escalada da repressão política e da censura aos meios de comunicação, além de abarcar o período conhecido como “milagre econômico”, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento do poder de consumo da classe média, por um lado, e explosão da dívida externa e maior concentração de renda, por outro.

de um Estado cada vez mais autoritário, Parelhas ia sendo enquadrada politicamente, com sua administração cada vez mais passiva e dócil, uma vez que a elite política local se alinhava as determinações do governo federal.

Aqui, as primeiras regras determinadas pelo governo militar de 1964 começaram a prevalecer já a partir de abril daquele ano com a adesão ao regime pelo então prefeito Graciliano Lordão, com apoio das lideranças da Frásqueira, entre eles Ulisses Bezerra Potiguar, Arnaud Macedo, Mauro Medeiros, Plácido Gondim de Sena e outros. Neste sentido, mesmo com a população local acatando passivamente as regras do regime, alguns cidadãos parelhenses foram alvos de suspeição e chegaram a serem interrogados pelos órgãos da repressão em Natal. (PEREIRA, 2012)

A partir de 1969, com o regime militar se tornando cada vez mais rígido, o município mantinha “contatos reservados” com o 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC) do Exército, localizado na cidade Caicó, para onde eram enviados relatos sobre os parelhenses tidos como “inimigos do regime”. Os políticos locais se beneficiavam com o ato da denúncia. Comunicar aos militares sobre possíveis atividades subversivas em Parelhas, rendia dividendos políticos e ajudava nas relações de apadrinhamento.

A manutenção da segurança exigia vigilância, colaboração ou, ao menos, respeito à ordem e temor às instituições. A própria Doutrina de Segurança Nacional, que ao fim forneceu a justificativa para o golpe e para a manutenção da ditadura, ao operar a partir de noções como a de guerra permanente contribuía de forma expressiva para moldar tais processos. (CORDEIRO, 2019)

Parelhas foi administrada pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação, durante toda ditadura militar. A elite política local era toda vinculada a ARENA, pois não seria mesmo oportuno fazer oposição ao governo federal para não ver seus interesses, econômicos, principalmente, represados pelo governo federal militar. Os políticos, e a parte considerável da população, consentiam as regras e evitavam quaisquer confrontos que se pudessem dar a entender alguma atitude ou prática contrária as práticas ditatoriais. Mesmo assim, havia uma oposição:

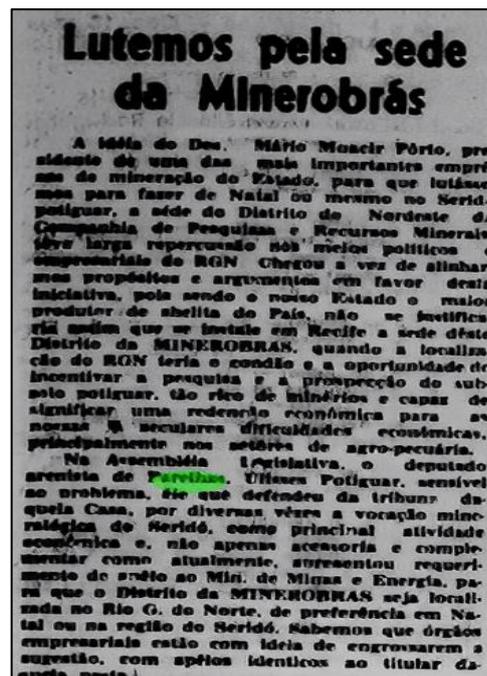
No campo político parelhense, a Aliança Renovadora Nacional-ARENA, aliada do governo militar, controlava o comando político e administrativo do município, através da prefeitura, escolas e instituições civis tuteladas. Mesmo nestas circunstâncias de fechamento político, o jovem estudante Ivanildo Pereira de Azevedo (Besourinho), na época com apenas 21 anos, surpreendeu as lideranças dominantes elegendo-se em 1970 o vereador mais votado daquele pleito, pelo recém criado Movimento Democrático Brasileiro - MDB, de oposição, juntamente com seu, companheiro de partido, Milton Ginani (Denha). (PEREIRA NETO, 2012)

As circunstâncias que levaram a eleição do estudante Ivanildo Pereira não são muito diferentes das que podiam ser vistas em outros estados do país, pois o regime militar tentou mesmo impor alguma liberdade institucional que pudesse, aos olhos da sociedade, lhe dar um

viés menos autoritário. As aparências democráticas podiam, então, ser vistas na eleição de um jovem por um partido de oposição, mesmo que fosse uma oposição consentida pelo próprio regime. O mandato de Mauro Medeiros, eleito prefeito de Parelhas (1969 - 1973), no período mais rígido da ditadura, foi marcado por eventos que pareciam não surpreender o cidadão parelhense. Eram comuns as denúncias e prisões de pessoas por serem oposição ao governo municipal. Importa notar que esses episódios repressivos não aconteciam, na política local, nem mesmo quando “frasqueiras” e “amuados” polarizavam a política local. Uma vez que a cidade se adequava, passivamente, ao novo regime, os parelhenses buscavam evitar qualquer tipo de “problema”, levando em consideração que a cidade também se desenvolveu economicamente no curto espaço de tempo em que o país experimentou o chamado “Milagre econômico”:

A ideia do Des. Mário Moacir Porto, presidente de uma das mais importantes empresas de mineração do Estado, para que lutássemos para fazer de Natal ou mesmo no Seridó potiguar, a sede do Distrito do Nordeste da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais teve larga repercussão nos meios políticos e empresários do RGN. Chegou a vez de alinharmos propósitos e argumentos em favor desta iniciativa, pois sendo o nosso Estado o maior produtor de scheelita do País, não se justifica assim que se instale em Recife a sede deste Distrito de MINEROBRAS, quando a localização do RGN teria o condão e a oportunidade de incentivar a pesquisa e a prospecção do subsolo potiguar, tão rico de minérios e capaz de significar uma redenção econômica para as nossas e seculares dificuldades econômicas, principalmente no setor da agropecuária. (Diário de Natal, 1970, p. 3)

Imagem 2 - Trecho do jornal “Diário de Natal”. Política: Lutemos pela sede da Minerobrás.



Disponível em: Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional (bn.br)⁸

⁸ Fonte: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

A ideia do Des. Mário Moacir Porto, presidente de uma das mais importantes empresas de mineração do Estado, para que lutássemos para fazer de Natal ou mesmo no Seridó potiguar, a sede do Distrito do Nordeste da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais teve larga repercussão nos meios políticos e empresários do RGN. A chegou a vez de alinharmos propósitos e argumentos em favor desta iniciativa, pois sendo o nosso Estado o maior produtor de scheelita do País, não se justifica assim que se instale em Recife a sede deste Distrito de MINEROBRAS, quando a localização do RGN teria o condão e a oportunidade de incentivar a pesquisa e a prospecção do subsolo potiguar, tão rico de minérios e capaz de significar uma redenção econômica para as nossas e seculares dificuldades econômicas, principalmente no setor da agropecuária. (Diário de Natal, 1970, p. 3)

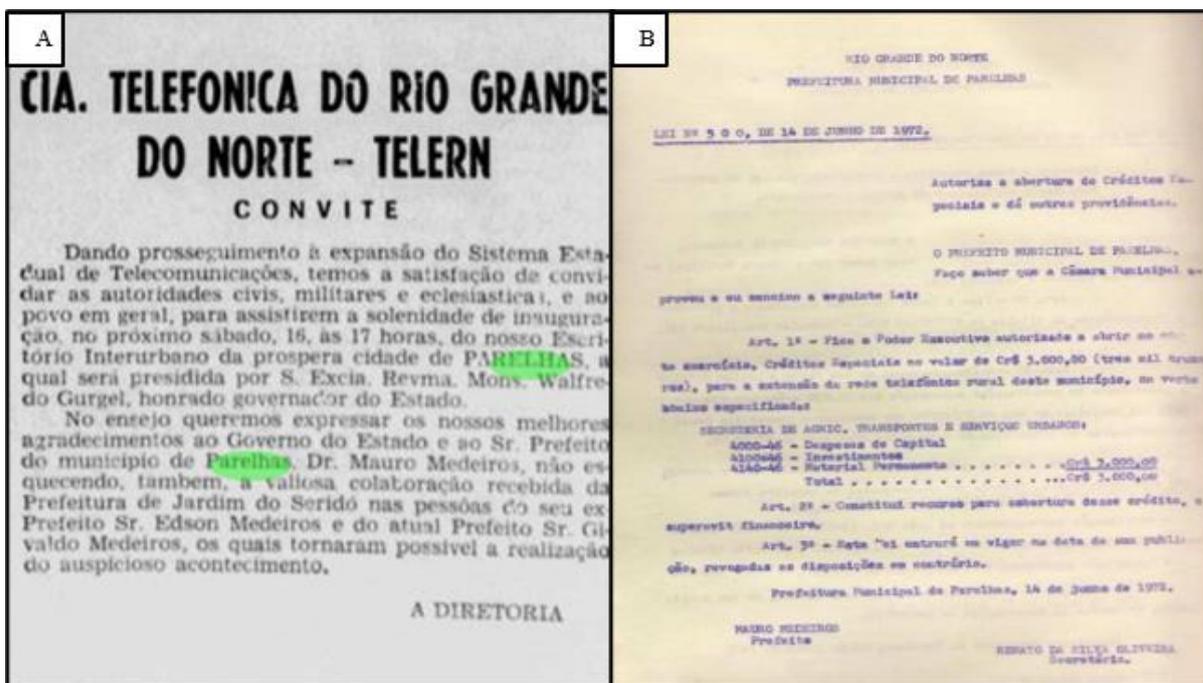
O então deputado arenista, de Parelhas, Ulisses Potiguar fez um apelo, concordando, para que a sede da MINEROBRAS fosse instalada na capital do estado ou mesmo no Seridó, uma vez que a região seridoense apresentava um número alto de atividades mineradoras, a exemplo da exploração de minérios na Serra do Boqueirão, em Parelhas. A cidade ganhou um desenvolvimento significativo, com a instalação de um escritório da TELERN⁹, companhia telefônica do Rio Grande do Norte, em 1971. O novo escritório foi inaugurado em 16 de janeiro de 1971 demonstrando claramente os interesses do governo federal em interligar as várias regiões do país através de redes de comunicação telefônicas, por exemplo.

No município de Parelhas vai ser inaugurada, oficialmente, dentro de alguns dias, uma linha física ligando-se a Jardim do Seridó, como também vai ser inaugurado o escritório da TELERN, que ainda não existia. O Sr. Luiz G. M. Bezerra declara que neste município também o prefeito, Sr. Mauro Medeiros, deu total apoio, doando o prédio para o escritório, comprando móveis e utensílios. O convênio já foi firmado. (Diário de Natal, 1971)

É importante notarmos que em um convite da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte faz questão de afirmar que existem autoridades civis e autoridades militares, posto que era comum, na época, que esse tipo de diferenciação fosse feito em comunicações públicas (Imagem 3 A). Podemos ver, então, que a implantação de redes de linhas telefônicas na cidade promoveu desenvolvimento, pois não só a zona urbana como áreas ao redor da cidade, rurais, inclusive, foram beneficiadas (Imagem 3 B).

⁹ No Rio Grande do Norte, a empresa responsável pelo setor de telecomunicações era Telecomunicações do Estado do Rio Grande do Norte (Telern). A Telern foi criada em 3 de setembro de 1963, no governo de Aluizio Alves, como uma iniciativa pioneira que contribuiu para a criação de condições mínimas que possibilitariam um maior desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte. A Telern promoveu a interligação, através do sistema interurbano, de várias cidades do estado com a cidade de Natal e ligando o Rio grande do Norte com outros estados.

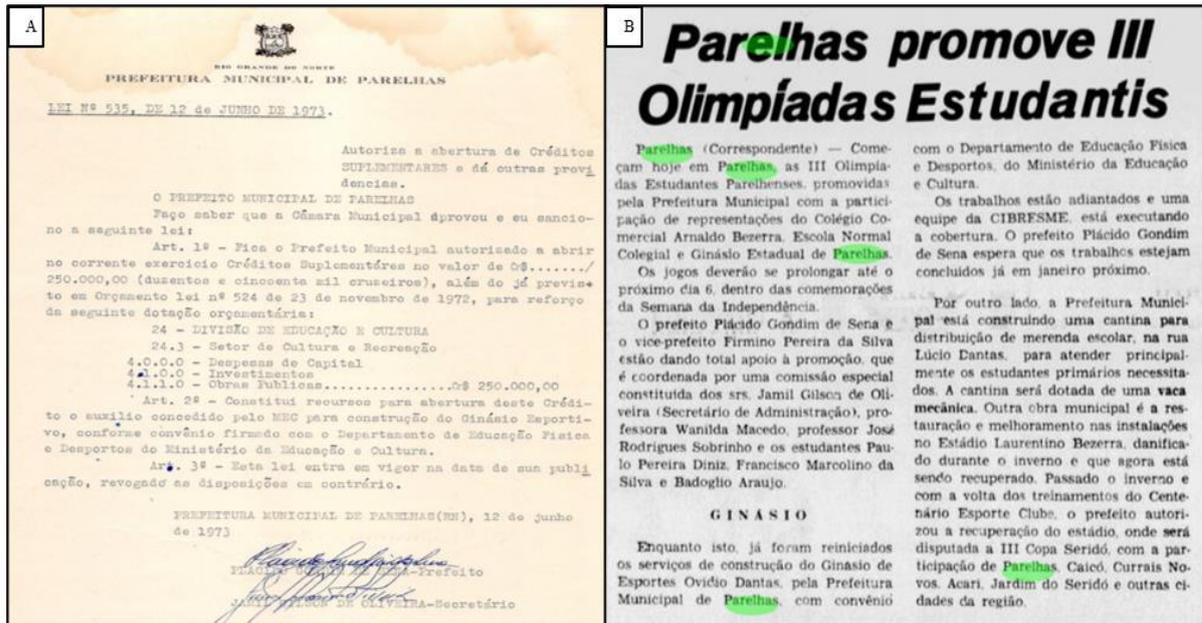
Imagem 3 – A) Convite da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte - TELERN para inauguração do novo escritório no município de Parelhas, no jornal Diário de Natal, em 15 de janeiro de 1971. Em B) Termo obtido no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Parelhas, onde autoriza a abertura de créditos especiais para a extensão de rede telefônica rural do município em 14 de junho de 1972.



Fonte: Diário de Natal, 1971; Prefeitura Municipal de Parelhas, 1972.

Outro exemplo de como a cidade estava se desenvolvendo, beneficiada pelos financiamentos do governo federal, foi a construção do Ginásio Esportivo de Parelhas através da abertura de crédito especial solicitado na gestão já do então prefeito Plácido Gondim de Sena (1973 – 1977). Em que, foi realizado um convênio com o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, através da Lei ordinária Nº 535, de 12 de junho de 1973. É possível ver também que a construção e a administração do Ginásio permitiram que Parelhas pudesse realizar jogos municipais, como apresenta a matéria do Jornal Diário de Natal em 01 de setembro de 1973 (Imagem 4).

Imagem 4 –A) Lei nº 535 onde o prefeito fica autorizado a abrir Crédito Suplementar. B) A cidade de Parelhas promove III Olimpíadas Estudantis.



Fonte: Prefeitura Municipal de Parelhas, 1973; Diário de Natal, 1973.

Outra atividade econômica relevante para a cidade na época era o cultivo e a exportação de algodão, por isso mesmo ela recebeu um desenvolvimento maior quando o INFAOL, Instituto Nordestino para o Fomento do Algodão e Oleaginosas, se instalou, trazendo melhorias para o cultivo de algodão (Imagem 5). Como mencionado por Fernando Chaves Lins em “O desencontro do saber e o fazer”:

Foi lembrado que o INFAOL – Instituto Nordestino para o Fomento do Algodão e Oleaginosas havia implantado na década de setenta, por microrregião homogênea algumas unidades de produção como referencial para difusão e melhoria da tecnologia na cultura do algodão. Vale destacar que alguns dos melhores campos foram implantados no Rio Grande do Norte, entre eles o da Fazenda São Sebastião, Parelhas, de propriedade do engenheiro-agrônomo Mauro Medeiros, demonstrando a importância do uso de procedimentos para conservação do solo e da água pelo Método Guimarães Duque¹⁰. (LINS, 2007)

Por fim, em 1972 O jornal “O Poti” publicou uma matéria onde apresenta os locais onde o instituto foi implantado em alguns dos estados nordestinos, tendo a cidade de Parelhas como uma das regiões selecionadas. Tais desenvolvimentos citados até aqui onde puderam ser pesquisados, nos mostram uma posição de prestígio e desenvolvimento à cidade, assim como tantas outras dentro do estado que puderam ter tais feitos.

¹⁰ O método Guimarães Duque consiste na formação de sulcos, seguidos por camalhões altos e largos, formados através de cortes efetuados em curva de nível, usando um arado reversível com três discos.

Imagem 5 – O Instituto Nordestino para o Fomento do Algodão e Oleaginosas instalou campos de algodão no Nordeste.

INFAOL instalou campos de algodão no Nordeste

O Instituto Nordestino para o Fomento do Algodão e Oleaginosas — INFAOL — está instalando dezenas de campos de algodão e multiplicação de sementes, por todo o Nordeste, com dois objetivos básicos: primeiro, mostrar aos agricultores nordestinos os resultados obtidos através de um plantio técnico; segundo, produzir sementes selecionadas, visando atender a demanda regional.

Os campos são instalados com o apoio das Secretarias de Agricultura de cada Estado que, em muitos casos, fornecem, por empréstimo, técnicos de seus quadros e equipamentos, para melhor assistência ao plantio. Os campos de demonstração da variedade "Arbóreo" já estão em pleno funcionamento, enquanto que os da variedade "Herbáceo" se encontram em fase de localização e assinatura de convênios. É a seguinte a distribuição de campos de algodão arbóreo, por Estado, com sua respectiva situação:

CEARA: 7 campos, numa área total de 275 hectares, situados nos municípios de Caucaia, Quixadá, Quixerambim, Juazeiro e Milagres. Dois já estão plantados e o restante está em fase de plantio.

PERNAMBUCO: 4 campos, numa área total de 300 hectares, situados nos municípios de Itapetim, Iguaracy, Betânia e Serra Talhada, sendo que um está plantado, enquanto os demais estão em fase de plantio.

RIO GRANDE DO NORTE: 7 campos, num total de 400 hectares, distribuídos pelos municípios de Parelhas, Pedro Avelino, Tangará, Açú, Afonso Bezerra e Jardim do Seridó. Quatro estão plantados e três em fase de plantio.

PARAÍBA: 5 campos, num total de 250 hectares, situados nos municípios de Santa Luzia, S. Mamede, Cajazeiras e Tapera, estando já todos plantados e em pleno funcionamento.

PIAUI: 4 campos, num total de 250 hectares, nos municípios de S. Mendes, Ficos e São Julião. Todos estão plantados e em funcionamento.

MARANHAO: Campo de demonstração na Fazenda São José, em Colinas, com área de 100 hectares, plantado em funcionamento.

Colorado RQ presente à Mini-Copa

IV
C

Fonte: Jornal "O Poti", 1972.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos impactos a níveis macroeconômicos do Milagre Econômico e o contraste social que causou ao país dentro do mandato de Emílio Garrastazu Médici, Parelhas absorveu tais mudanças sejam elas de formas agressivas como satisfatórias. O objetivo deste trabalho a princípio era identificar as mudanças políticas e sociais que a ditadura poderia ter trago aos parelhenses, concluo que a cidade obteve um crescimento desenvolvimentista no setor econômica da cidade, como parte de um processo de crescimento do estado, mas que também como tantas outras, tiveram seus políticos no qual colaboraram com a máquina repressiva do regime, talvez por medo de terem seus mandatos como de tantos cassados, presos, torturados. Concluo com satisfação em realizar tal trabalho, mas com determinação que a pesquisa não está 100% completa, uma vez que a pesquisa é algo que devemos sempre persistir em investigar mais o passado e que este foi o início de uma enorme pesquisa tanto para a academia como aos parelhenses que viveram, vivem e que estão a viver nesta cidade.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, V. L. de. **A macroeconomia do governo Médici (1969-1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do "milagre" econômico.** Revista Economia Ensaios, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 33, n. 1, 2019.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart** - 4ª edição: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. / Moniz Bandeira - Editora Civilização Brasileira - Rio de Janeiro, 1978.
- BRASIL. Ato Institucional Nº 1, De 9 De Abril De 1964. <Acesso em 01 de junho de 2022.> Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm.
- CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **O Golpe Militar no Rio Grande do Norte e os Norte-RioGrandenses mortos e desaparecidos: 1969-1973** / Luciano Fábio Dantas Capistrano. – Natal: Sebo Vermelho, 2010. 130p.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **"Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici."** Estudos Históricos (Rio de Janeiro) 22 (2009): 85-104. SciELO, Junho de 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/CBJPzCHYdnpmDFMKrF4z5BC/?lang=pt>
- COSTA, Homero de Oliveira. **O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964.** Caderno de História. Natal: CCHLA: EDUFRN, v. 3, n. 1, p. 51-81, jan/jun. 1996; **Diário de Natal (RN) - 1970 a 1979.** <Acesso em 12 de julho de 2022>. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=Parelhas&pagfis=10930.
- FICO, CARLOS. **O Golpe de 64 : momentos decisivos** / Carlos Fico - Rio de Janeiro Editora FGV, 2014. 148 p. - (Coleção FGV de bolso. Série Histórica); <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/medici/>. Acesso em 01 de novembro de 2022;
- LINS, F. C. O DESENCONTRO DO SABER E O FAZER. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**, [S. l.], v. 4, p. 60–64, 2014. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/80>. Acesso em: 28 out. 2022.
- MENDES, Ricardo A. S. FREITAS, J. V. ; SENRA, A. ; MUNTEAL FILHO, O. ; FALCON, F.J.C.; NEGRO, Antonio Luigi; SANTOS, L. A.; MARTINS, PAULO EMÍLIO MATOS. **Cultura e Repressão nos Tempos do AI-5.** In: Adriano de Freixo; Jacqueline Ventapane. (org.). Tempo Negro, Temperatura Sufocante – Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. 1ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 259-289.
- PATTO SÁ MOTTA, R. **Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, 2018.
- PEREIRA NETO, Tertuliano - **Apontamentos da História de Parelhas** - 1ª edição: Prefeitura Municipal de Parelhas, 2012;

PEREIRA NETO, Tertuliano - **Parelhas no Século XX: nossos viveres, nossos saberes, nossos comeres, nossos dizeres.** 1ª Edição. Parelhas/RN, 2014;

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural** – 3. ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2012;

SOBRINHO, João Justo. **Movimento Militar de 1964 no Rio Grande do Norte/** João Justo Sobrinho - Trabalho da Disciplina Pesquisa Histórica Apresentado para Obtenção de Bacharelado pela UFRN, Natal - RN, 1996;

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a mim pela dedicação, por não desistir desta pesquisa e pelo desejo de concluir um curso que tanto quis desde o ensino fundamental. Entrei na jornada acadêmica com uma perspectiva e, hoje, concluo uma etapa (de tantas) com uma nova visão do curso de História e uma perspectiva para além do que imaginava para curso.

Ao Prof. Gilbergues Santos, agradeço por ter aceitado ser o orientador deste trabalho, pelas conversas e risadas durante nossas reuniões. Por todo o conhecimento que pude obter com este cara, muito obrigado.

A Letícia e Noêmia, que participaram da banca de defesa deste trabalho, o conhecimento que me foi passado estará comigo sempre, muito obrigado.

Aos professores e professoras da UEPB com quem pude estudar durante esses anos e obter conhecimentos ricos ao longo da graduação, em especial à Hilmária, José Adilson, Alana, Sabrina, Deise e Noêmia.

Aos meus colegas de apartamento, Aleff e Luiz, que se tornaram verdadeiros amigos que levarei para vida. Muito obrigado pela ótima experiência de dividir, por anos, o famoso apartamento “K202” e pelas risadas, farras e conversas. Agradeço muito por ter conhecido vocês nessa jornada, como também Daniel e Adriano.

Aos meus familiares, minha mãe Zelita, minhas irmãs Jarlene e Jacilene, meu irmão Lucas, e aos demais, agradeço muito pela ajuda de forma direta e indiretamente nesses anos, foram de grande ajuda.

Aos meus queridos colegas de curso e da universidade, que pude conhecer em sala de aula e nos corredores da UEPB, nossas conversas, discussões e risadas ajudaram muito nos momentos bons e tensos. Muito obrigado em especial (e muito) à Amanda Pereira, Haline, Mylena, Fernanda Sabryna, Ravel, Altaline, Thaís, Gustavo, Rhaiane. Aos meus colegas de trabalho, a cada um que conheci enquanto estive nesta graduação e que pude ter a oportunidade de compartilhar de momentos únicos.

Aos meus grandes amigos, de longa data, de Campina Grande: Alisson, Sonnyza, Herbert, Victor, Marina. Ter amizade de vocês é para mim de suma importância, tenho só a agradecer.

A Mateus, cara, não sei como agradecer por tua amizade, sério, meu “irmão mais velho, intermediário, que nunca tive”. Muito obrigado pelos seus conselhos, risadas (nervosas), conversas, momentos filosóficos e amigo para os rolês, kkkkkk”. Bom, o resto você sabe. Esse arco, se encerra, mas a série continua e com você nela. “Só sucesso!”

Ao grupo “Negada”, sem vocês essa jornada não teria acontecido. Muito obrigado pelo incentivo inicial, no momento de entrar neste curso, e ao longo dele. Embora a distância em alguns momentos, nossas conversas nunca foram esquecidas, nem nossa ligação desde criança: Alberdan, Giovana, Yasmim, amo vocês demais!

Aos que pude conhecer ao longo dessa jornada, muito obrigado. Tive a oportunidade de compartilhar com vocês experiências inimagináveis, sou grato por todos os conselhos, risadas e por partilhar momentos alegres e difíceis. Saibam que vocês permanecem comigo, independente do tempo, **MUITO OBRIGADO**, Wesley Ruan, Josicláudia Barbosa, Aline Rafaelli, Fernanda Cavalcanti, Hélio Charles, Jádira Soares, Villian Martins.

E a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a concretização deste trabalho. São muitas pessoas, por isto peço desculpas por não poder citar a todos, se o fizesse, às páginas já escritas deste trabalho não seriam suficientes para tantos nomes.